

PREFÁCIO

O convite para prefaciар este livro foi motivo de alegria; primeiro, pela proximidade temática entre o projeto dos Direitos Humanos, meu tema fundamental de pesquisa, e a afirmação dos direitos da natureza, perspectiva assumida e abordada pelo grupo de pesquisa da professora Mariza Rios. Em 2022 trabalhamos essas duas temáticas fundamentais no grupo de pesquisa originalmente denominado *Direitos Humanos como projeto de sociedade*, e que, com a integração da Profa. Mariza ao grupo, recebeu o adendo: ... *e direitos da Natureza*; grupo este vinculado à pós-graduação da Dom Helder Escola Superior.

A maioria de nós – influenciada por uma formação moderna, esta vinculada a uma racionalidade mais restrita e privilegiando um determinado modelo de desenvolvimento – viveu até aqui sob um *modus* de vida que negligenciou a correlação fundamental entre a vida humana e a vida do planeta. Esse modelo civilizatório desconsiderou, buscou ocultar ou aniquilar povos e culturas tradicionais como os indígenas e os quilombolas, que vivem e buscam viver em proximidade com a natureza, vinculando a esta suas tradições.

A cultura ocidental, por outro lado, ao adotar a crença no domínio sobre a natureza, considerando-a simplesmente como matéria-prima a ser explorada, visando o aumento do poder, econômico ou outro, só recentemente, nos últimos cinquenta anos, tem se deparado com uma natureza que evidencia os limites dessa concepção, desse antropocentrismo.

A tentativa de subjugar a natureza nos conduziu a uma encruzilhada, a um “beco sem saída”, e a única alternativa plausível parece ser retroceder, dar “marcha a ré” e buscar construir novos caminhos, alternativas que sempre considerem o ambiente, a natureza. Onde se reconheçam os limites do planeta diante dos modelos econômicos predatórios, e, diante disso, sejam estabelecidos a partir de horizontes mais amplos, baseados em maior participação social e coletiva, valorizando as diversas culturas e saberes, mais próximos e integrados com a natureza.

Este livro tem a relevância de discutir questões centrais em torno desse processo civilizatório, ao mesmo tempo que adentra em perspectivas para uma reconstrução humanitária, que garanta novas relações com as pessoas e com o mundo, tendo por referência os direitos humanos e os direitos da natureza.

Adentrando um pouco mais na temática de *Direitos da Natureza e Educação Ecológica* pode-se apontar que tanto os direitos humanos como os direitos da natureza representam realidades em disputa; são objetos conflituais sobretudo por envolverem elementos centrais da produção econômica capitalista, isto é, algo que nos acompanha há cerca de cinco séculos.

Como objetos em disputa nas sociedades, um dos primeiros espaços de construção dos elementos centrais desse embate entre o capital, o social e a natureza é o campo epistemológico. Este domínio, especificamente, é o espaço no qual são estabelecidas as bases para a produção do conhecimento, e onde este se torna objeto de questionamentos.

Em função dessas disputas, teremos, por um lado, a busca por manter uma racionalidade produtivista, própria do capitalismo, com ações que visam instrumentalizar uma parcela significativa dos seres humanos e da natureza, submetendo-os a interesses puramente econômicos, norteados pelo lucro. Por outro lado, essa disputa evidencia igualmente a atuação dos atores presentes no outro lado da contraposição dialética, aqueles que vão atuar sob outras lógicas e outros princípios norteadores, capazes de gerar práticas de resistência contra-hegemônicas, levando a lutas fundadas na solidariedade e garantindo avanços na preservação da vida dos humanos e da natureza.

Fazendo parte desse polo de valorização da vida e da solidariedade, contribuindo para novos olhares sobre o mundo e a realidade, destaca-se a visão integradora presente na encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco. Nela, adotando a “língua da fraternidade”, defende-se uma “solidariedade universal” e uma “ecologia integral”, buscando a garantia dos bens comuns com justiça distributiva, exigindo, portanto, ações civis e políticas (FRANCISCO, 2015).

Note-se, aliás, neste último, o resgate, o reconhecimento e a proximidade com elementos centrais das culturas dos povos indígenas, com seus saberes e práticas tradicionais, em forte vinculação com a mãe natureza, como também será ressaltado em alguns dos capítulos deste livro.

Por fim, ao abordarmos concepções, racionalidades ou paradigmas divergentes, que fundamentam práticas e relações nos diversos campos da atuação humana, seja na política, no econômico, no jurídico ou outros, surge a possibilidade de duas direções contrastantes. Por um lado, pode ocorrer a intensificação da separação entre o ser humano e a natureza, resultando na continuidade e agravamento de consequências que podem levar à extinção da vida em nosso planeta. Por outro lado, há a oportunidade de fortalecer, por meio da ecoeducação, concepções e racionalidades emancipatórias, capazes de ampliar nossas ações e lutas em prol da natureza e da vida – de todos os seres vivos, incluindo os humanos. Em última instância, isso implica na expansão das possibilidades de estender ou até mesmo salvar a vida na Terra, para nós e para as gerações que nos sucederão.

Todas as questões acima são resgatadas e aprofundadas, de forma brilhante, nos capítulos deste livro, organizado pela professora Mariza Rios, que há anos tem trabalhado com povos tradicionais, o que sem dúvida a despertou para a temática inovadora dos direitos da natureza, a ser integrada no direito e articulada e integrada com os direitos humanos.

Este prefácio foi finalizado no primeiro dia de 2024, com isso, concluo manifestando meu desejo e esperança de que todos e todas que buscam um mundo com mais igualdade e mais comprometido com a vida dos seres humanos e do planeta, possamos, no Brasil e no mundo, lutar, em todos os campos: o do conhecimento – o formal e da educação popular –, o político – em sentido amplo, abarcando a luta cotidiana por cidadania e igualdade de direitos –, o jurídico, o econômico, o cultural, o religioso, o ético ... Enfim, em todos os espaços conflituais de atuação humana, pela efetivação de um projeto amplo e universal, que cada vez mais se afirma como indissociável e fundamental, e que pode ser apontado como objeto último deste livro: o projeto dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza.

*João Batista Moreira Pinto**

* Pós-Doutor e Doutor em Direito pela Université de Paris X – Nanterre, França. Mestre em Filosofia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC, Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Dom Helder Escola Superior (DHES), Belo Horizonte/MG, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos como projeto político de sociedade”.